

Um elogio do conhecimento de senso comum na investigação social

Luís de Gusmão

I. DUAS DISTINÇÕES RELEVANTES PARA UMA EPISTEMOLOGIA DO CONHECIMENTO SOCIAL

Quando falamos de uma investigação acerca da vida social concebida em seu conjunto, na integralidade de seus múltiplos e diversos aspectos, em toda a sua concretude, podemos estar falando de coisas diversas, de empreendimentos intelectuais, na verdade, distintos. Do ponto de vista epistemológico, dois desses empreendimentos merecem particular atenção, pois são comuns tanto à história como à sociologia e à antropologia, disciplinas mais claramente voltadas para a compreensão da vida social como um todo, sem maiores recortes analíticos. Por um lado, temos descrições compreensivas¹ das características mais ou menos notáveis de mundos sociais particulares, descrições nas quais essas características são reunidas num quadro coerente e significativo, cuja riqueza descritiva vai depender da erudição e do nível de generalidade em que se coloca o seu autor. O investigador aparece aqui como um pintor figuracionista, ocupado em retratar, o mais fielmente possível, uma dada paisagem social.

Assim, por exemplo, caracterizando a Europa do ano mil, Duby vai nos falar da baixa densidade populacional, das cidades tão esparsas, quase sempre vestígios do mundo romano em ruínas; da miséria e da fome dos camponeses; das fortalezas disseminadas por todo lado; da cavalaria aguerrida que se comporta como um verdadeiro exército de ocupação; do sistema de valores completamente ancorado no “gosto de saquear e de dar”, e por aí afora (Cf. DUBY, 1989, cap. 1). O que emerge aqui é um quadro realmente admirável de um mundo social já desaparecido, quadro esse cujo valor cognitivo independe das explicações causais que possam vir a acompanhá-lo.

¹ Devemos às sociologias compreensivas, de Weber a Schutz, a lúcida constatação de que as descrições e explicações causais do mundo social envolvem necessariamente um esforço interpretativo, uma elucidação de significados. Não podemos, por exemplo, descrever nem mesmo a cultura material de uma dada sociedade sem elucidar as intencionalidades, os propósitos ali objetivados. Falar de facas, mesas e cadeiras é falar de coisas funcionais, coisas criadas intencionalmente para servir a determinados fins. Sendo assim, uma caracterização das propriedades físicas dessas coisas simplesmente não basta para descrevê-las: há também que se esclarecer as intenções nelas materializadas. É nesse sentido que falamos em descrições compreensivas. A relevância de uma elucidação dos significados para uma compreensão do mundo dos homens também foi lucidamente admitida no âmbito da chamada filosofia analítica (Cf. SEARLE, 1991).

Por outro lado, a investigação pode assumir a forma de um inventário mais ou menos exaustivo das variáveis supostamente relevantes para uma explicação causal de paisagens sociais cujas principais características são, em alguma medida, conhecidas. Nesse caso, já não basta pintar a paisagem: há também que se esclarecer o contexto de sua gênese. Marx nos oferece um bom exemplo desse rumo da investigação social quando busca elucidar as condições presentes nas origens do mundo moderno, da sociedade capitalista, como preferem os marxistas. Com efeito, falando desse mundo, Marx não se contenta em retratá-lo, sublinhando os aspectos que, em sua opinião, vão distingui-lo, tais como a generalização da economia de mercado, a emergência da democracia representativa, o culto do indivíduo, independente e isolado de seus semelhantes, o ritmo febril das mudanças sociais que leva as coisas mais sólidas a se esfumarem no ar. Além disso, Marx busca explicá-lo causalmente: o mundo moderno se tornava plenamente inteligível, assegura ele, à luz de uma explicação causal baseada em leis evolutivas de validade geral. Nesse sentido, a elucidação das causas assume aqui um caráter nitidamente teórico. Esta, contudo, não é a única forma possível das explicações causais, como veremos mais adiante.

Essas duas direções possíveis da investigação social podem naturalmente coexistir na obra de um mesmo autor. Isso ocorre, por exemplo, em Marx e Durkheim, assim como na maioria dos historiadores. Porém, cabe distingui-las, pois elas de fato não são a mesma coisa. Com efeito, podemos aceitar como bastante plausível a caracterização de um dado ambiente social, no mesmo passo em que rejeitamos como completamente implausível a explicação causal que a acompanha. Isso não só é perfeitamente possível, como também é muito freqüente quando lidamos, por exemplo, com a sociologia clássica. Por outro lado, as explicações causais estão em larga medida ausentes em algumas das mais admiráveis caracterizações de ambientes sociais particulares já realizadas. Este, sem dúvida, o caso dos relatos etnográficos exemplares da antropologia clássica de inspiração funcionalista. Com efeito, devemos a essa antropologia,

na qual destacaríamos a figura de Malinowski, genial observador do mundo dos homens, os mais completos e fascinantes retratos das chamadas sociedades tribais, cujas origens, contudo, não são ali sistematicamente investigadas.

Do ponto de vista epistemológico, a distinção entre pintar paisagens sociais e explicá-las causalmente adquire uma relevância especial, pois uma das questões mais centrais, talvez mesmo a mais central, da discussão acerca do *status* epistemológico da moderna investigação social, diz respeito ao papel do conhecimento teórico nessa investigação, e fica muito mais fácil abordá-la quando não se perde de vista a mencionada distinção: são as explicações causais e não as caracterizações de ambientes ou acontecimentos sociais que vão evidenciar, da forma mais límpida, mais conclusiva, os limites do uso de generalizações na investigação social, como já mostramos num outro trabalho.²

Prossigamos. Uma segunda e mais importante distinção, sobre a qual nos deteremos mais longamente, vai separar as investigações que denominamos de conteudísticas e ateóricas, das investigações explícita e sistematicamente apoiadas em teorias gerais. Essa distinção coincide, em larga medida, com a distinção entre história e ciências sociais, mas a coincidência aqui, na verdade, não é completa. Por um lado, temos investigações históricas que se dizem iluminadas por uma teoria geral, como é o caso da historiografia marxista. Por outro lado, podemos encontrar estudos sociológicos ou antropológicos nos quais as explicações causais oferecidas são essencialmente conteudísticas e ateóricas, embora seus autores insistam na apresentação quase ritual de credenciais teóricas. Este o caso, por exemplo, do livro de Maurício Vinhas de Queiroz, *Messianismo e conflito social*, um estudo luminoso sobre a guerra sertaneja do Contestado no qual as caracterizações e explicações causais conteudísticas estão por toda parte (QUEIROZ, 1981, p. 25, 58, 64, 66, 139, 161, 162, 180, 214, 215).

² *Limites do conhecimento teórico na investigação social*. Brasília, 2005. Mimeografado.

Mas antes de prosseguirmos na apresentação dessa segunda distinção, gostaríamos de esclarecer o seguinte: quando falamos, ao longo deste trabalho, de um conhecimento teórico acerca da vida social, fazemos referência não apenas a um conjunto de *termos* gerais e abstratos, termos que não denotam, em função disso, nada de “socialmente real” (Weber), situando-se antes no mundo das idealizações conceituais, mas também, e sobretudo, a um conjunto de *sentenças* contendo esses termos, nas quais são afirmadas relações de dependência não fortuitas, regulares e padronizadas, entre *tipos* de fenômenos sociais. Não se trata, apressamos em esclarecer, de sugerir um conceito normativo de teoria social com base no qual julgaríamos aquilo que deve ou não contar como um genuíno conhecimento teórico do mundo social. Não se trata disso. Conceitos normativos costumam, na verdade, ser nocivos ou inúteis numa reflexão epistemológica que não pretenda se resumir num sermão maçante. Quando afirmamos que o conhecimento teórico acerca dos fenômenos sociais inclui, além de um quadro conceitual, um conjunto de enunciados gerais, estamos, na verdade, fazendo apenas um simples registro descritivo daquilo que é o caso, e não estabelecendo prescrições sobre o que deveria ser o caso.

Com efeito, não saímos de uma descrição quando afirmamos, por exemplo, que a teoria sociológica de Durkheim inclui, além de um corpo de conceitos abstratos, todo um conjunto de hipóteses gerais com base nas quais são ali estabelecidas conexões de ordem causal ou funcional entre os fatos sociais. Durkheim não se limita a apresentar um quadro conceitual abstrato: ele vai também incorporá-lo em enunciados gerais. Eis aqui alguns exemplos: “o suicídio varia na razão inversa do grau de integração dos grupos sociais” (DURKHEIM, 1982, p. 161); “à medida em que avançamos na evolução social, a solidariedade mecânica vai se afrouxando cada vez mais” (DURKHEIM, 1995, p. 131); “os progressos da divisão do trabalho são diretamente proporcionais à densidade moral dinâmica da sociedade” (DURKHEIM, p. 252). A sociologia de Durkheim está

repleta de enunciados desse tipo. Eles são parte realmente essencial dessa sociologia.

No cenário das teorias sociológicas e antropológicas contemporâneas, as coisas já não são, admitimos, tão claras. Envolvidos em uma áspera e interminável polêmica com os partidários do monismo metodológico,³ preocupados em afirmar o *status* científico de seus trabalhos, colocado de fato sob suspeição pelos monistas, alguns dos mais celebrados sociólogos e antropólogos contemporâneos, ao contrário de Durkheim, não costumam apresentar de forma clara e explícita as suas principais generalizações. Contudo, também aqui elas podem ser encontradas. Vejamos o caso de Bourdieu, um dos mais celebrados teóricos sociais do século XX. Esse autor tem o seu nome associado a um determinado quadro conceitual: quando ouvimos falar em *habitus*, *campo*, *capital simbólico*, etc., logo nos lembramos de Bourdieu. Contudo, sua teoria não se resume nesse quadro conceitual. Com efeito, ela envolve também um conjunto de enunciados gerais, sem os quais Bourdieu simplesmente não poderia estabelecer, como pretende, as “leis de funcionamento” do mundo social. Eis aqui alguns exemplos: “o crédito atribuído a uma prática cultural tende a decrescer com o volume e, sobretudo, com a dispersão social do público” (BOURDIEU, 1996, p. 135); “as lutas internas dependem sempre, em seu desfecho, da correspondência que podem manter com as lutas externas” (BOURDIEU, p. 148); “as diferentes classes e frações de classe estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses” (BOURDIEU, 2002, p. 11).

Os exemplos, como em Durkheim, poderiam ser multiplicados. Tais enunciados, cujas condições de aplicação, diga-se de passagem, jamais são minimamente esclarecidas,⁴ jogam um papel de fato essencial na teoria sociológica de Bourdieu: eles vão possibilitar que esse autor, além de uma “descrição abstrata” dos fenômenos sociais, algo perfeitamente possível com base apenas num corpo de conceitos gerais, estabeleça também conexões uniformes e não contingentes entre os fenômenos abstratamente descritos. É sem dúvida

³ O monismo em Filosofia das ciências sociais consiste essencialmente numa resposta à questão, já antiga, mas ainda hoje atual, acerca do *status* epistemológico da moderna teoria social. Segundo os filósofos monistas, essa teoria, na medida em que reivindica o *status* de um conhecimento objetivo, axiologicamente neutro e empiricamente justificado, pertence por inteiro ao campo da investigação científica, na acepção mais rigorosa desse termo. Sendo assim, cabe pensá-la à luz de uma idéia unificada de ciência, cuja expressão mais acabada pode ser encontrada nas ciências da natureza. Esta é a posição explicitamente sustentada por autores como Hempel, Nagel, Popper e Rudner.

⁴ O esclarecimento das condições de aplicação de um enunciado geral soa decisivo quando se trata de testá-lo empiricamente. Sem esse esclarecimento, simplesmente não podemos testá-lo e sua aceitação se torna uma questão de fé. Falando dos enunciados de tendência da economia moderna, Mark Blaug revela o alto nível de exigência de controles empíricos estabelecido no âmbito de uma metodologia da economia. É ele quem escreve: “um enunciado de tendência pode ser considerado na economia, portanto, uma nota promissória que vence

quando a cláusula *ceteris paribus* é apresentada e considerada, de preferência em termos quantitativos (BLAUG, 1999, p. 107).

pensando nessas conexões mais gerais, distintas e irredutíveis às conexões singulares esclarecidas por uma investigação histórica, que Bourdieu vai nos falar de uma “compreensão necessitante”, teórica, da vida social em seu conjunto. Sendo assim, não estamos de fato indo além de um registro descritivo quando observamos que o saber teórico relativo à vida coletiva como um todo, tão bem ilustrado nas obras de Durkheim e Bourdieu, não se encerra nem pode se encerrar num simples quadro conceitual, seja lá qual for a riqueza e a abrangência desse quadro.

Semelhante esclarecimento soa de fato relevante quando se trata de distinguir as investigações sociais conteudísticas e ateóricas das teoricamente orientadas. Com efeito, simplesmente não é possível estabelecer tal distinção com base apenas no critério do uso, ou não, de um quadro conceitual abstrato elaborado por esse ou aquele teórico social. Prova disso: podemos encontrar um número considerável de investigações sociais conteudísticas, voltadas, antes de tudo, para uma caracterização e/ou explicação causal, a mais rica e completa possível, de ambientes sociais particulares que se valem com proveito desses quadros conceituais sem, contudo, mudarem de natureza, sem, em função disso, assumirem um *status* realmente teórico. Este, sem dúvida, o caso do conjunto das investigações históricas nas quais ocorre o uso de conceitos oriundos da moderna teoria social. Vejamos um exemplo.

Num estudo dedicado à construção intencional, calculada, de uma imagem pública altamente favorável de Luis XIV, o famoso Rei Sol, intitulado *A fabricação do rei*, o historiador Peter Burke faz uso de vários conceitos sociológicos. Autores como Weber, Goffman, Bourdieu e Habermas são ali convocados e utilizados com proveito: se as casas reais européias já não gozam no século XVII, em função da revolução intelectual em curso, do prestígio quase mítico de outrora, então cabe sim falar, apelando para Bourdieu, numa perda significativa de *capital simbólico*, ou, se voltando dessa vez para Habermas, numa *crise de legitimação*. Por outro lado, a distinção entre a vida íntima do rei e a sua vida pública, oficial, pode

ser pensada com base nos conceitos de *regiões de fachada* e *regiões de fundo*, oferecidas por Goffman. Quanto a Weber, a idéia de um *desencantamento do mundo*, associado ao recuo do pensamento mágico, se revela muito útil quando se trata de “descrever” os efeitos da mencionada revolução intelectual do século XVII.

Em todos esses casos, o relato histórico conteudístico sai beneficiado com o uso inteligente de conceitos elaborados no âmbito da moderna teoria social. Contudo, não soaria plausível nem sensato concluir, com base nisso, que tal relato depende de forma essencial de qualquer teoria sociológica de alcance geral: o estudo de Burke, na verdade, seria perfeitamente concebível mesmo no caso desse historiador jamais ter lido uma única linha de Weber, Goffman e Bourdieu. Isso basicamente pelas seguintes razões:

1. Todos os conceitos sociológicos ali utilizados poderiam ser permutados, com êxito variável, por conceitos da linguagem natural, da linguagem usada em nosso dia a dia, e, nesse sentido, embora muito úteis, não são de fato imprescindíveis. Ao invés de falar, por exemplo, numa perda de *capital simbólico* da realeza, Burke poderia ter dito, expressando a mesmíssima idéia, que tal realeza já não era percebida junto a seus súditos da mesma maneira, já não encarnava para eles a perfeição na terra, já não possuía a aura mágica de outrora. Com isso, o relato histórico se tornaria, sem dúvida, um pouco mais prolixo. Mas isso seria tudo.
2. O uso desses conceitos sociológicos não implica um compromisso automático e iniludível com as principais generalizações estabelecidas pelos teóricos em questão. Um quadro conceitual pode ser utilizado com proveito, na verdade, mesmo quando ignoramos ou rejeitamos completamente as hipóteses gerais que, nas origens, o acompanham. Assim, por exemplo, ao lançar mão do conceito de *crise de legitimação* apresentado por Habermas num livro, diga-se de passagem, em larga medida dependente das problemáticas conclusões da teoria econômica marxista, Burke não precisa em absoluto endossar generalizações que são, contudo, ali centrais, tais como: “se os sistemas morais científicos se-

guirem sua lógica interna, [...] a evolução da moralidade, como a evolução da ciência, se tornará dependente da verdade” (HABERMAS, 1982, p. 113). Há mais ainda: Burke não precisa, nesse caso, sequer acreditar na existência ou possibilidade de coisas como “sistemas morais científicos”!

3. Nenhuma das explicações causais oferecidas por Burke em seu livro depende, minimamente que seja, de enunciados gerais estabelecidos pelos teóricos acima mencionados, ou por qualquer outro. Com efeito, essas explicações resultam essencialmente da descrição erudita, circunstanciada, de cenários sociais particulares e de esclarecimentos acerca dos valores, crenças e propósitos dos indivíduos reais que ali viveram e atuaram. Assim, por exemplo, buscando explicar as causas da extensão da chamada “campanha das estátuas”, deflagrada na década de 1680, no interior da França, Burke observa que as novas estátuas do rei vão ser erguidas “nos territórios mais recentemente adquiridos, os que gozavam de mais privilégios e os que mais freqüentemente se rebelavam”. Com essa descrição de um dado estado de coisas – em algumas províncias francesas o domínio do rei se encontrava ameaçado – seguida de esclarecimentos relativos à preocupação de Luis XIV e seus ministros no sentido de pôr um fim nesse estado de coisas, consolidando o poder real no conjunto do território francês, Burke fornece uma plausível e bem documentada explicação causal da mencionada campanha. Os exemplos poderiam ser multiplicados (Cf. BURKE, 1994, p. 103, 108, 144, 168, 196, 199, 201, 202, 205, 206). As explicações causais do socialmente real apontam sempre nessa direção. Nelas o recurso a enunciados gerais desempenha, invariavelmente, um papel limitado ou nulo. No caso de Burke esse papel é simplesmente nulo. As únicas generalizações utilizadas pertencem por inteiro a uma psicologia de senso comum. Sendo assim, também aqui não cabe falar em teoria.

Essas observações valem, em ampla medida, para o conjunto das investigações sociais conteudísticas, exemplarmente representado pelo trabalho dos historiadores, mas de forma alguma redutível a ele. Resumindo: nessas investigações, tanto os conceitos como os

enunciados gerais estabelecidos no âmbito da moderna teoria social desempenham um papel bastante restrito e limitado. Em contrapartida, nas teoricamente orientadas, teríamos, em princípio, a situação inversa: elas não seriam de fato concebíveis sem o recurso à mencionada teoria. Nesse caso, as pinturas de paisagens sociais, assim como as explicações causais dessas paisagens, dependeriam, em larga medida, do conhecimento teórico acerca da vida social concebida em seu conjunto. Para muitos, tal conhecimento jogaria um papel decisivo em todas as etapas da investigação social, aí se incluindo a própria demarcação do objeto dessa investigação: na ausência de um quadro teórico claramente articulado, o pesquisador se encontraria, alega-se, desamparado, às cegas, correndo o sério risco de resvalar para um “hiperempirismo” de todo lamentável. Sendo assim, a presença do conhecimento teórico caracterizaria, de fato, as investigações que não se resumissem a um simples registro descritivo dos fatos sociais. Semelhante caracterização dos estudos teoricamente orientados, amplamente aceita, diga-se de passagem, nos departamentos de sociologia e antropologia mundo afora, será examinada a seguir. Antes de fazê-lo, porém, gostaríamos de chamar a atenção para o seguinte ponto.

Numa investigação social conteudística é preciso que o pesquisador fale de coisas cuja existência não está em absoluto em discussão junto aos seus pares e às pessoas em geral. Assim, por exemplo, são perfeitamente concebíveis estudos conteudísticos sobre o Brasil holandês, a insurreição pernambucana de 1817 ou, para não ficarmos apenas com o passado, a crise política do governo Lula em nossos dias. Em todos esses casos, ninguém em sã consciência negaria que o pesquisador estaria falando de coisas cuja existência independe completamente de seus compromissos morais e teóricos particulares. Com efeito, tais compromissos poderão levá-lo a interpretar ou julgar as realidades em questão de uma forma idiossincrática, mas não a criá-las!

Esse ponto é de fato relevante quando buscamos distinguir as investigações sociais conteudísticas das teoricamente orientadas. Com

efeito, a situação não é a mesma nos dois casos, pois, ao contrário do que ocorre com as primeiras, as últimas nem sempre satisfazem à mencionada exigência. Isso significa dizer que nesse caso não está excluída a possibilidade do investigador vir a discorrer, com base em suas premissas teóricas, sobre coisas cuja *realidade* não se coloca em absoluto acima da dúvida sensata. E isso apesar de o objetivo perseguido aqui ser, de modo análogo ao que ocorre nas investigações sociais conteudísticas, a compreensão do socialmente real, e não a compreensão de fenômenos em situações imaginárias, idealizadas teoricamente, como ocorre nos modelos e teorias das ciências naturais. Vamos aos exemplos: o leitor poderá encontrar estudos teoricamente orientados sobre, digamos, as causas do enfraquecimento da consciência de classe revolucionária do proletariado moderno na etapa atual da sociedade capitalista, ou, para incluirmos um exemplo muito conhecido da sociologia brasileira, sobre o caráter inconcluso e acanhado da revolução burguesa no Brasil.

Ora, para os muitos que não endossam as crenças, no mesmo passo morais e intelectuais, que vão governar de alto a baixo tais estudos, eles simplesmente não dizem respeito a nada de *real*, eles não falam do mundo, lidando antes com fantasmagorias, com ficções deduzidas de um pseudoconhecimento do geral. Dito de outra maneira, a aceitação da “realidade” de entidades como a “consciência de classe revolucionária do proletariado moderno” ou a “revolução burguesa no Brasil”, longe de se impor a todos, depende completamente da adesão prévia a uma dada teoria social, no caso, o marxismo. Nada parecido seria possível, é supérfluo dizê-lo, em relação às investigações sociais conteudísticas. Nesse caso, a realidade daquilo sobre o qual se fala não está de modo algum, deixem-nos repetir, em discussão. Encontramos em Montaigne uma formulação exemplar do problema colocado aqui para as investigações sociais teoricamente orientadas. Com efeito, nos *Ensaio*s podemos ler:

“Costumamos começar assim: ‘como é que isso acontece?’, seria preciso dizer ‘mas acontece?’ Nosso raciocínio é capaz de construir cem outros mundos e de descobrir-lhes o princípio e a textura. Ele

não precisa de matéria nem de base; deixai-o correr: constrói tão bem no vazio como no pleno e tanto com a inanidade como com a matéria” (MONTAIGNE, 2002, p. 363, 364).

Dissemos acima que os estudos teoricamente orientados, num contraste vivo com os conteudísticos, dependeriam em larga medida de um conhecimento teórico especializado. Foi dito também que para muitos, sem tal conhecimento, a investigação social desembocaria num “hiperempirismo” destrutivo. Vejamos agora isso mais de perto. Em primeiro lugar, cabe esclarecer o seguinte: é um erro, e um erro elementar, supor que as conclusões, estabelecidas no âmbito da moderna filosofia da ciência, relativas à chamada “contaminação teórica dos dados da observação” e a conseqüente impossibilidade de uma linguagem observacional completamente neutra em relação às nossas idéias mais gerais e abstratas, constituam um argumento decisivo em favor da tese segundo a qual as investigações sociais não podem abrir mão de uma “base teórica” sem incorrer num empirismo ingênuo e indefensável. Temos aqui, na verdade, uma grande confusão: quando os epistemólogos falam da presença da “teoria” nos enunciados mais observacionais, eles não estão se referindo apenas às teorias científicas propriamente ditas, mas sim às idéias gerais e abstratas em seu conjunto, aí se incluindo, naturalmente, aquelas que não pertencem a qualquer teoria científica em particular, situando-se antes no âmbito do chamado conhecimento de senso comum. Em outras palavras, quando os epistemólogos fazem referência à “contaminação teórica da observação”, eles não estão falando apenas da relação entre teoria e observação no âmbito da investigação científica, mas sim chamando a atenção para algo muito mais geral. Trata-se de mostrar que “todo” enunciado, mesmo aqueles que são mais descritivos, mais observacionais, envolve, em alguma medida, o uso de termos universais irredutíveis à experiência imediata e, nesse sentido, se encontra “teoricamente contaminado”.

Popper é sem dúvida um dos filósofos da ciência mais comprometido com essas conclusões. É ele quem escreve: “a teoria domina o trabalho experimental desde o seu planejamento inicial até os

toques finais no laboratório”. Contudo, quando esse autor oferece exemplos dessa presença da teoria em relatos observacionais, ele não se limita em absoluto às ciências naturais. Eis um desses exemplos: “Aqui está um copo com água”. Tal enunciado, esclarece Popper, “não admite verificação por qualquer experiência observacional”. E isto porque ele envolve termos universais, no caso, “copo” e “água”. Sendo assim, a presença da “teoria” nesse enunciado observacional se resume, na verdade, na presença desses termos! (Cf. POPPER, 1993, p. 101).

Conclusões inescapáveis: 1) os enunciados de observação formulados na linguagem natural e usados em nosso dia-a-dia envolvem termos universais e, em função disso, são também “teoricamente contaminados”. Falar numa contaminação teórica da observação não significa, portanto, falar apenas de algo peculiar à investigação científica, mas sim de um aspecto da linguagem humana em geral. Esta, asseguram os epistemólogos em questão, não abriga enunciados completamente independentes de nosso saber mais geral e abstrato; 2) não cabe buscar apoio nessa conclusão dos epistemólogos para a diretriz metodológica segundo a qual os investigadores sociais devem, a fim de escapar de um “descritivismo puro”, lançar mão sempre de uma dada “base teórica”, pois, se os epistemólogos têm de fato razão, tal diretriz simplesmente já não faz muito sentido: o risco de um hiperempirismo do qual nos falam autores como Bourdieu, um dos principais defensores da mencionada diretriz, nesse caso seria nulo! Dito de outra maneira, não soa plausível nem sensato alertar os investigadores para um perigo, na verdade, inexistente. Isso não significa dizer, naturalmente, que a relevância do conhecimento teórico para a investigação social não possa ser defendida. Não se trata disso. O que não podemos fazer é sustentar tal relevância alertando para os riscos de um descritivismo carente de idéias gerais, na verdade, impossível! É uma questão de puro bom senso.

A importância da teoria para a investigação social também não pode ser sustentada com base no argumento de que nenhum plano

de observação seria possível caso não dispuséssemos de antemão de problemas e hipóteses derivados da teoria. Repete-se aqui a mesma confusão: é bem verdade que nas investigações sociais, como de resto em qualquer investigação empírica, buscamos solucionar problemas – por que p é o caso? – formulando hipóteses – p porque q –, e tanto os problemas suscitados como as hipóteses sugeridas envolvem, em alguma medida, o conhecimento do geral. É bem verdade que nenhum plano de observação soa de fato viável na ausência de hipóteses com base nas quais se estabelece uma direção para a coleta de dados. Como sensatamente observa Hempel, “fatos ou dados empíricos só podem ser qualificados como logicamente relevantes ou irrelevantes relativamente a uma dada hipótese” (HEMPEL, 1981, p. 24). Na falta dessas hipóteses, as coisas realmente ficariam complicadas: o investigador já não teria critérios para coligir os seus dados e se veria diante da missão impossível de observar a totalidade dos fatos! Contudo, nada disso autoriza o argumento acima apresentado, pois o conhecimento do geral de fato presente num plano de observação não precisa ser identificado necessariamente com qualquer teoria social particular. A base teórica ali envolvida pode se resumir a conceitos, distinções e generalizações que pertencem por inteiro ao conhecimento de senso comum. Este, já vimos, também abriga o conhecimento do geral. Conclusão: é perfeitamente possível sim, no âmbito das investigações sociais, levantar problemas fecundos, sugerir hipóteses plausíveis e estabelecer detalhados planos de observação, sem qualquer base teórica, se se entende por isso as contribuições particulares da moderna teoria social. As investigações conteudísticas oferecem, de resto, uma prova cabal dessa possibilidade.

Prossigamos. Eliminadas essas confusões, cuja persistência, diga-se de passagem, resulta da preocupação em afirmar o *status* científico da moderna investigação social – sem uma base teórica, sugere-se, essa cientificidade estaria ameaçada – estamos agora em condições de esclarecer melhor a natureza dos estudos teoricamente orientados. Estes não se distinguem dos conteudísticos por lançarem

mão do conhecimento do geral, escapando assim do mais cego dos empirismos. Como já vimos, tal conhecimento também está presente nas investigações mais conteudísticas. A diferença essencial deve ser buscada em outro lugar. Ela reside, na verdade, na relação estabelecida com o chamado conhecimento de senso comum: os estudos conteudísticos não dispõem essencialmente de outra “base teórica”. Podem eventualmente usar com proveito conceitos e/ou enunciados gerais formulados por teóricos sociais, mas tal uso será sempre pontual e traduzível, em princípio, no saber de senso comum. Nelles, em vão buscaríamos conclusões irredutíveis a esse saber, fruto de supostas “rupturas epistemológicas” com o universo intelectual do homem comum. Em contrapartida, os estudos dependentes da moderna teoria social, via de regra endossam, em alguma medida, a postura de Durkheim, quando ele diz ser “preciso afastar sistematicamente todas as pré-noções” em uso na vida cotidiana, nascidas “da prática e para a prática” (Cf. DURKHEIM, 1977, p. 14, 27). A afirmação da importância decisiva da teoria para a investigação social e as reservas em relação ao conhecimento de senso comum são aqui faces de uma mesma moeda.

Desse ponto de vista, ainda hoje amplamente partilhado por sociólogos e antropólogos, a teoria social, seja lá como venha a ser entendida, permanece de fato irredutível ao conhecimento de senso comum em uso na vida cotidiana e expresso na linguagem natural, conhecimento esse invariavelmente identificado aqui, de forma explícita ou implícita, como um saber incompleto e superficial do qual o investigador faria muito bem, na verdade, em manter-se apartado. Esse, sem dúvida, um traço distintivo das investigações colocadas sob a égide da moderna teoria social. Nelas, a profissão de fé nessa teoria soa indissociável, deixem-nos repetir, da preocupação quase compulsiva em superar o conhecimento de senso comum, em deixá-lo definitivamente para trás. Com efeito, nada soa mais ofensivo, mais humilhante, para o investigador social imbuído da convicção de estar teoricamente orientado, que a identificação de suas conclusões como um saber de senso comum. Semelhante ati-

tude revela, é supérfluo dizê-lo, uma imagem negativa desse saber, concebido aqui, na melhor das hipóteses, como uma etapa preliminar, uma espécie de ante-sala do conhecimento científico. Trata-se de um erro. Vejamos isso mais de perto.

2. O ELOGIO DO CONHECIMENTO DE SENSO COMUM

Ao contrário do que sugere um cientificismo ingênuo, partilhado, diga-se de passagem, tanto pelos defensores do monismo metodológico, como pelos seus críticos mais extremados,⁵ a ciência empírica moderna não esgota o universo do conhecimento confiável, nem representa a etapa derradeira e mais avançada desse conhecimento, sendo tudo o mais enquadrável, em princípio, sob os rótulos sumários e claramente depreciativos de “saber pré-científico” ou “metafísica empiricamente vazia”: o conhecimento de senso comum, ou “sublunar”, na expressão feliz de Paul Veyne, autor ao qual devemos, juntamente com Isaiah Berlin, análises luminosas desse conhecimento,⁶ simplesmente não cabe nessa tipologia tão singela.

Com efeito, não soaria plausível nem inteligente identificarmos, por exemplo, as análises psicológicas sumamente sofisticadas e penetrantes que podemos encontrar em autores como Flaubert, Dostoiévski e Tchekhov, para ficarmos com três literatos de gênio, como “psicologia pré-científica” ou coisa que o valha: não é muito provável que venhamos a localizar na psicologia moderna contribuições que possam ser apresentadas, sem provocar os mais vívidos e imediatos protestos junto aos homens de espírito, como etapas mais avançadas, desenvolvimentos científicos ulteriores, das análises psicológicas realmente notáveis desses escritores. Tais análises, ao contrário do que supõem os cientificistas, explícitos ou enrustidos, não são “esboços de explicação”, primeiros passos na direção de uma psicologia, esta sim, plenamente científica. Elas constituem, na verdade, um saber acerca das motivações, sentimentos e paixões dos seres humanos, cujo valor cognitivo se coloca acima da dúvida sensata. Tal saber, contudo, simplesmente não cabe, deixem-nos

⁵ O monismo metodológico pode ser rejeitado com base em posições muito distintas. Por um lado, temos a tese segundo a qual o conhecimento social constitui uma “descrição compreensiva” do mundo dos homens, descrição esta que pode, com indiscutível legitimidade, reivindicar o *status* de um conhecimento empírico confiável acerca desse mundo. Contudo, não cabe falar aqui em ciência, numa acepção estritamente técnica, não honorífica, desse termo, pois não encontramos no conhecimento social um conjunto de traços que, de um ponto de vista rigorosamente descritivo, vai caracterizar a atividade científica. Isto não implica, porém, colocar sob suspeição o valor cognitivo desse conhecimento: ao contrário do que sugerem os monistas, a ciência empírica moderna não constitui todo o conhecimento confiável. Esta é a posição de Isaiah Berlin e Paul Veyne. Vamos chamá-la de separatismo I; por outro lado temos a tese segundo a qual a moderna teoria social implica uma ruptura efetiva com o chamado conhecimento do senso comum, com o saber da vida cotidiana, se colocando, em decorrência disso, no âmbito do “sistema das ciências”. Contudo, não cabe avaliar a relevância cognitiva dessa teoria com base num modelo

unificado de ciência inspirado na experiência das ciências naturais, modelo este, de resto, já desacreditado junto à filosofia da ciência pós-positivista. Esta é a posição de autores como Habermas, Apel, Taylor, Geertz e Giddens, entre outros. Vamos chamá-la de separatismo II. É neste separatismo, e não no I, que vamos encontrar um cientificismo confuso e enrustido.

⁶ O livro de Paul Veyne *Como se escreve a história* apresenta uma das mais lúcidas análises dos limites do conhecimento teórico na investigação social. Devemos a Veyne, assim como a Berlin, a inspiração maior deste trabalho.

repetir, nos rótulos de “conhecimento científico”, “conhecimento pré-científico” e “pseudoconhecimento”. E, na falta de um termo melhor, mais abrangente, podemos sim identificá-lo como um saber de senso comum.

Flaubert, Dostoievski e Tchekhov, para continuarmos com nossos exemplos, mergulharam, certamente, muito mais fundo em nossos corações e mentes que o homem comum. Contudo, isso não se deve ao fato de se valerem de conceitos, distinções e generalizações inacessíveis à imensa maioria das pessoas, ferramentas intelectuais exclusivas do “sistema das ciências”, e disponibilizadas, como alegam alguns, tão somente após uma dramática ruptura epistemológica com o conhecimento de senso comum. Flaubert, Dostoievski e Tchekhov, como de resto o conjunto dos grandes observadores de homens que se expressaram tão-somente na linguagem natural, não realizaram, na verdade, tal ruptura. Eles viam mais longe simplesmente porque eram mais lúcidos e mais sábios que a maioria de nós. E isso é tudo!

Mas o conhecimento de senso comum não inclui apenas as sofisticadas análises psicológicas que devemos aos grandes observadores de homens de todos os tempos. Com efeito, nele podemos incluir também algumas das mais admiráveis caracterizações e/ou explicações causais de ambientes sociais particulares já levadas a cabo na história do pensamento social. De fato, não é outra a identidade epistemológica das obras de autores como Alex de Tocqueville e Joaquim Nabuco, para continuarmos com exemplos retirados da galeria de nossos heróis intelectuais: em vão o leitor buscaria ali conceitos e generalizações ausentes no universo intelectual do homem comum instruído, contemporâneo desses autores; em vão o leitor buscaria ali qualquer teoria social, expressa num jargão técnico mais ou menos esotérico, que tivesse resultado de uma ruptura epistemológica com o conhecimento de senso comum. Tocqueville e Nabuco, lembremos, se expressaram tão-somente na linguagem natural em uso na vida cotidiana, se valeram apenas dos conceitos “sublunares” ali presentes, e será com essa ferramenta intelectual,

e só com ela, que irão produzir algumas das mais lúcidas e belas páginas da análise social do século XIX.

Devemos a Tocqueville, por exemplo, um retrato da França sob o Antigo Regime, cuja riqueza e profundidade de análise, além da comovente beleza, constituem uma fonte perene do mais genuíno prazer intelectual. Nabuco, por sua vez, nos legou páginas admiráveis sobre o Brasil do século XIX. Devemos a ele, entre outras coisas, uma análise tão lúcida quanto impiedosa da “fome de emprego público” em nosso país, análise essa, suspeitamos, ainda hoje muito atual. Esses autores fizeram avançar de forma realmente significativa a nossa compreensão do mundo social. Contudo, suas análises pertencem por inteiro, deixem-nos repetir, ao saber de senso comum. Não é outra a sua identidade epistemológica. Por outro lado, de modo semelhante ao que ocorre com as análises psicológicas acima mencionadas, também nesse caso não cabe falar em esboços de explicação científica, completados e desenvolvidos mais tarde por uma ciência empírica da vida social. Isso de fato não aconteceu: as obras de Tocqueville e Nabuco são intrinsecamente valiosas, insubstituíveis, e não a ante-sala de um saber mais completo. No caso de Nabuco e dos grandes autores do século XIX e inícios do século XX, preocupados, como ele, em compreender o Brasil, podemos ir até mais longe: a chamada escola paulista de sociologia, capitaneada por Florestan Fernandes, autoproclamada superação científica desses autores, representou, na verdade, a nosso ver, um passo atrás, e não qualquer avanço intelectual, como esperamos mostrar, de forma circunstanciada, num próximo trabalho.

Prossigamos. Os conhecimentos de senso comum relativos à psicologia humana e à vida social, acima mencionados, não costumam se apresentar, na verdade, isolados um do outro. A grande literatura reúne talvez a mais completa galeria de perfis psicológicos jamais realizada. Com efeito, o leitor mais exigente vai encontrar ali praticamente tudo! Ora, os personagens mais convincentes, mais realistas, dessa galeria, aqueles que soam menos esquemáticos, menos artificiais, menos dependentes do ponto de vista moral e intelectual

de um dado autor, parecendo antes dotados de vida própria, são quase sempre personagens situados em mundos sociais particulares, não figuras abstratas, socio-historicamente desenraizadas. O Julien Sorel de *O vermelho e o negro*, por exemplo, ao contrário do sujeito epistêmico dos filósofos, uma criatura realmente abstrata, com *status* quase transcendental, não soaria plausível fora do contexto sócio-histórico no qual Stendhal, com sabedoria, vai situá-lo: uma França ainda cheia das lembranças da epopéia napoleônica, dessa epopéia que vai incendiar a imaginação de jovens como Sorel, cujos talentos e ambição não são proporcionais às suas posses e *status* social. O personagem de Stendhal não seria concebível em qualquer época e lugar. Ele, por exemplo, soaria muito menos plausível na França sob o Antigo Regime, com as suas rígidas hierarquias e severas limitações à mobilidade social. Sorel, como seu grande herói, Napoleão, pertence inteiramente, na verdade, a uma França que vai deixando para trás semelhante estrutura social.

O psicológico e o social aparecem aqui entrelaçados: a caracterização psicológica dos indivíduos se torna, em larga medida, indissociável da pintura conteudística, descritivamente rica, dos ambientes sociais particulares nos quais se movem esses indivíduos. Em outras palavras, na elaboração de perfis psicológicos realistas, os conhecimentos de senso comum relativos à psicologia humana e ao mundo social, única base teórica de romancistas de gênio como Stendhal, andam sempre juntos, são inseparáveis. Isso não ocorre apenas nas grandes obras da literatura universal. O mesmo pode ser dito das obras históricas mais notáveis. Também nesse caso, fica difícil separar as coisas: os mundos sociais particulares ali tão bem retratados se tornam sem dúvida mais ricos, mais completos, quando são povoados por indivíduos singulares, reais, de carne e osso, indivíduos cuja psicologia será apreendida, por sua vez, com base tão-somente num saber de senso comum. Assim, por exemplo, uma pintura realista do mundo romano nos últimos anos da República, da mentalidade republicana, profundamente avessa ao passado monárquico, dessa aristocracia derrotada e submetida ao poder pessoal incontestado de

Júlio César, adquire, sem dúvida, um colorido muito maior quando o historiador, chegando cada vez mais perto, como diz Braudel, ali introduz as figuras reais de Cássio e Bruto, os assassinos de César. Montaigne está coberto de razão quando observa, com sua habitual lucidez, que na história o homem “aparece mais vivo e mais inteiro que em qualquer outro lugar” (MONTAIGNE, 2000, p. 27).

Resumindo: o conhecimento de senso comum relativo à psicologia humana e aos fenômenos sociais, longe de se resumir num saber incompleto, trivial e pouco confiável, etapa preliminar, na hipótese mais otimista, do conhecimento científico, como sugerem os cientificistas, explícitos ou enrustidos, reúne antes, na verdade, um acervo de observações e análises cujo elevado valor cognitivo se coloca realmente acima da dúvida sensata. Testemunhos eloqüentes disso são, como vimos, as sutis e profundas análises psicológicas que podemos encontrar nas obras dos literatos de gênio, esses grandes observadores de homens, aos quais tanto devemos, assim como as vívidas e circunstanciadas descrições compreensivas de mundos sociais particulares encontradas na melhor historiografia. Nesses dois casos exemplares, mas não exclusivos,⁷ podemos vislumbrar com clareza o quão longe o espírito humano pode ir sem levar a cabo qualquer ruptura epistemológica com o conhecimento de senso comum. Sendo assim, a sumária desqualificação desse conhecimento, endossada pelos investigadores inspirados na moderna teoria social, soa de fato injustificável.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não estamos sugerindo, naturalmente, que a identificação do conhecimento de senso comum em termos de uma compreensão mais superficial, mais tosca, insuficiente ou simplesmente errada, acerca dos seres humanos e do seu mundo, seja de todo inaceitável. Isso não seria muito sensato. É bastante provável que Schopenhauer, ecoando aqui uma convicção muito disseminada junto aos homens de espírito de todos os tempos, esteja coberto de razão quando observa ter sido a humanidade, no que diz respeito aos seus atributos

⁷ A filosofia, em toda a sua diversidade, oferece desde sempre um exemplo notável do alcance cognitivo do conhecimento de senso comum. Mesmo a filosofia da ciência mais “técnica”, mais esotérica, situa-se inteiramente no âmbito desse conhecimento. O conceito de ciência, lembremos, não é um conceito científico, não pertence a qualquer teoria científica particular. O mesmo pode ser dito dos demais conceitos utilizados pelos filósofos da ciência. O conceito de leis da natureza, por exemplo, soa tão pouco “claro e distinto” quanto qualquer outro usado em nosso dia-a-dia, algo explicitamente reconhecido por Nagel, autor de um dos mais completos trabalhos nessa área. É ele quem escreve: “o rótulo ‘leis da natureza’ (ou rótulos similares, tais como ‘leis científicas’, ‘lei natural’ ou simplesmente ‘lei’) não é uma expressão técnica definida em alguma ciência empírica. Frequentemente é usado, especialmente na linguagem comum, com um forte sentido honorífico, sem um conteúdo preciso” (NAGEL, 1989, p. 57). As coisas ficam ainda mais claras quando lidamos com a Filosofia Moral destituída de pretensões sistemáticas, como é o caso, por exemplo, de Montaigne, um dos mais geniais estudiosos da alma humana de todos os tempos.

morais e intelectuais, “tristemente dotada pela natureza”. Petrarca, citado com aprovação por Schopenhauer, faz o mesmo “registro etnográfico” quando, num belo e comovente elogio da solidão, informa ao seu leitor ter sempre buscado uma vida solitária para “fugir aos espíritos disformes e embotados que perderam o caminho do céu”. Os registros dessa miséria espiritual poderiam, naturalmente, ser multiplicados. Sendo assim, o conhecimento de senso comum, enquanto o conhecimento partilhado pela imensa maioria dessa humanidade tão “tristemente dotada”, não pode ser identificado, sem maiores ressalvas, como um acervo de observações e análises cujo valor cognitivo se coloca, como afirmamos, acima da dúvida razoável. Admitimos isso de bom grado. Contudo, tal admissão não compromete, na realidade, o nosso elogio do conhecimento de senso comum, pois este abriga também o acervo em questão e a distinção aqui não é entre conhecimento científico e conhecimento pré-científico, mas sim entre estupidez e sabedoria no âmbito de um mesmo universo intelectual.

Por outro lado, afirmar a possibilidade de irmos a atingir uma compreensão tão profunda quanto sutil dos seres humanos e dos ambientes sociais particulares nos quais eles vivem, sem levar a cabo de antemão qualquer ruptura com o conhecimento de senso comum, não implica o ponto de vista segundo o qual a experiência humana, individual ou coletiva, nos seus aspectos mais espirituais, mais elevados, escapa, em princípio, às abordagens científicas de cunho mais naturalista, constituindo assim uma espécie de reserva exclusiva da chamada cultura humanista e/ou de uma ciência social qualitativamente distinta das ciências naturais. Não vemos com nenhuma simpatia intelectual semelhante ponto de vista, muito pelo contrário! Via de regra, ele resulta de premissas volitivas incompatíveis, na verdade, com a curiosidade intelectual desinteressada, sem a qual não há investigação empírica genuína. Além disso, como se não bastasse, a má vontade com as ciências naturais, sem dúvida uma das mais notáveis realizações do espírito humano, das quais todos nós deveríamos nos orgulhar, está associada freqüentemente a

sentimentos de inferioridade intelectual, tão lamentáveis quanto injustificáveis, que chegam a comprometer o puro bom senso, levando as pessoas a assumirem posturas incoerentes e obscurantistas.

O elogio do conhecimento de senso comum acima realizado não tem nada a ver com isso. Nele afirmamos apenas que de fato já dispomos de um respeitável acervo de conhecimento confiável acerca de nossos semelhantes e das sociedades nas quais vivemos e que tal acervo não pode, com um mínimo de plausibilidade, ser identificado com base nos rótulos da sumária tipologia cientificista, tácita ou explicitamente endossada nas investigações sociais que temos chamado de teoricamente orientadas. Com efeito, o conhecimento de senso comum, em suas expressões mais notáveis, não é ciência, nem pré-ciência, nem pseudociência. Insistir nessa tipologia, sugerimos, só tem levado a impasses e confusões.

4. BIBLIOGRAFIA REFERIDA

- BERLIN, I. *A busca do ideal*. Lisboa: Bizâncio, 1998.
- _____. *O sentido da realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BLAUG, M. *Metodologia da economia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- BOURDIEU, P. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BURKE, P. *A fabricação do rei*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.
- DUBY, G. *A Europa na Idade Média*. Lisboa: Teorema, 1989.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- _____. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. *O suicídio*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982.
- HABERMAS, J. *A crise da legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.
- HEMPEL, C.G. *Filosofia da ciência natural*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981.
- MONTAIGNE, M. *Os ensaios*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. v. 2.
- _____. *Os ensaios*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. v. 3.
- NAGEL, E. *La estructura de la de la ciencia*. Barcelona: Paidós, 1989.
- POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1993.

ESCRITOS

QUEIROZ, M.V. *Messianismo e conflito social*. São Paulo: Ática, 1981.

SCHOPENHAUER, A. *Aforismos para a sabedoria da vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SEARLE, J. R. Intentionalistic explanations in the social sciences. *Philosophy of the Social Sciences*, London: Sage, v. 21, n. 3, p. 332-344, Sep. 1991.

VEYNE, P. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1987.